

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.207 - SC (2019/0302115-7)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : ROGERIO PEREIRA DE OLIVEIRA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ROGERIO PEREIRA DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação n. 0007148-91.2016.8.24.0023).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, §§ 1º e 4º, I, do Código Penal (furto qualificado), às penas de 2 anos de reclusão, em regime inicial aberto, bem como ao pagamento de 10 dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que deu parcial provimento ao recurso para reduzir a pena para 1 ano, 9 meses e 10 dias de reclusão, e pagamento de 8 dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e proibição de frequentar bares e estabelecimentos congêneres (fls. 307/325).

No presente *mandamus*, a defesa sustenta ilegalidade no acórdão que deixou de aplicar exclusivamente a pena de multa. Aduz que o fundamento não é válido.

Afirma que a pena de multa é mais favorável ao paciente do que a pena restritiva de direitos, sendo que o juiz só pode optar pelo menos favorável mediante fundamentação concreta.

Requer, assim, em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão e da ordem de execução imediata das penas restritivas de direitos, e no mérito, a aplicação exclusiva da multa ou, subsidiariamente, a readequação da substituição para uma restritiva de direito e multa.

É o relatório.

Decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator